



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

## **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.333, DE 2025**

Altera a Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022, que institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro), a fim de incentivar a participação de instituições financeiras privadas e a celebração de termos de cooperação e parcerias com empresas do setor da construção civil, bem como de estabelecer condições diferenciadas de crédito imobiliário.

**Autor:** Deputado AUREO RIBEIRO

**Relator:** Deputado SARGENTO PORTUGAL

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 3.333, de 2025, de autoria do Deputado Áureo Ribeiro, apresentado em 9 de julho de 2025, tem por objeto alterar a Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro).

A proposição é composta por três artigos. O art. 1º delimita o objeto da alteração. O art. 2º promove modificações na Lei nº 14.312/2022, ampliando o escopo de agentes financeiros autorizados, instituindo condições diferenciadas de crédito e criando um novo capítulo destinado às parcerias público-privadas.

No âmbito do art. 2º, são alterados dispositivos do art. 3º da Lei nº 14.312/2022, para permitir que cooperativas de crédito e instituições





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

financeiras privadas atuem como agentes financeiros do Programa, mediante habilitação pelo agente operador. Essas instituições passam a contar com isenção do IOF nas operações realizadas no âmbito do Programa, sendo priorizadas aquelas que ofereçam melhores condições aos beneficiários.

Ainda no art. 2º, incluiu-se o § 6º ao art. 10, autorizando que recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam utilizados como garantia para operações de crédito vinculadas ao Programa. Também se acrescenta o art. 10-A, que estabelece condições diferenciadas de crédito imobiliário.

O projeto também cria o Capítulo IV-A, que compreende os arts. 12-A a 12-C. Tais dispositivos autorizam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a celebrarem termos de cooperação com empresas do setor da construção civil, para ampliar a oferta de moradias destinadas aos profissionais de segurança pública.

Na justificação, o autor ressalta que a iniciativa busca aperfeiçoar o Programa Habite Seguro, conferindo maior capilaridade e agilidade à concessão de crédito, além de ampliar a oferta de moradias adequadas às necessidades específicas da categoria.

A proposição tramita em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, do RICD). Por despacho da Mesa, foi distribuída às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD).

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, aberto o prazo regimental de cinco sessões, a partir do dia 07 de agosto de 2025, o mesmo foi encerrado em 28 de mesmo mês sem que tenham sido apresentadas emendas.

Não há registro de proposições apensadas.

É o relatório.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

### II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso XVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado pronunciar-se sobre o mérito da proposição, notadamente no que toca às alíneas *d* e *g*, que tratam, respectivamente, das matérias relativas aos órgãos institucionais de segurança pública, bem como das políticas de segurança pública.

Ressalte-se, de início, que este parecer se restringirá aos aspectos de mérito que competem a esta Comissão de Segurança Pública, cabendo à Comissão de Finanças e Tributação analisar, além da adequação financeira e orçamentária da medida, o mérito quanto aos aspectos financeiro-orçamentários.

A proposição em exame representa importante iniciativa de valorização dos profissionais de segurança pública, ao reforçar o direito à moradia digna e segura. Nesse sentido, merecem destaque os novos §§ 3º a 6º a serem inseridos no art. 3º, da Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022, que autorizam a participação de cooperativas de crédito e instituições financeiras privadas como agentes do Programa, com isenção de IOF. Do mesmo modo, é bastante relevante a inserção do § 6º do art. 10, da supracitada lei, que admite a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública como garantia nas operações; bem como o art. 10-A, que fixa condições diferenciadas e mais vantajosas de crédito imobiliário.

Ainda mais relevante é a criação do Capítulo IV-A, que autoriza parcerias público-privadas com empresas da construção civil para erguer moradias destinadas a policiais e demais profissionais de segurança em áreas seguras, protegendo-os de riscos relacionados ao exercício da profissão. Tal iniciativa fortalece a dignidade e a integridade pessoal desses servidores, além de proporcionar estabilidade familiar, fatores que repercutem diretamente na motivação e no desempenho das atividades de segurança pública.

Essas medidas traduzem um reconhecimento concreto do Estado àqueles que arriscam suas vidas pela defesa da sociedade. Ao facilitar





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

o acesso à moradia própria e ampliar a oferta habitacional em condições adequadas, o projeto contribui não apenas para a valorização profissional, mas também para o fortalecimento institucional da segurança pública.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no mérito, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.333, de 2025.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado SARGENTO PORTUGAL  
Relator

